

URBANIZAÇÃO POMBALINA NO CEARÁ: A PAISAGEM DA VILA DE MONTE-MOR-O-NOVO D'AMÉRICA

José Liberal de Castro

Discussões em torno da origem e do significado da palavra paisagem não são novas. Num sentido restrito, subentende a pintura de "países", a representação pictórica de regiões características, homogêneas. O tempo deu a essa palavra conotações como paisagem natural, paisagem urbana (que é artificial, porque edificada), paisagem social, paisagem política. A paisagem natural e a paisagem urbana existem por si, não são representações e, por isso, despertam as mais diferentes reações, interpenetradas de vivências. Variam com os observadores, com as circunstâncias e geram um conceito subjetivo e pessoal de paisagem, tese que se defende nesta comunicação.

Este trabalho não se ocupa da paisagem natural ou da paisagem representada, mas da paisagem construída. Apresenta indagações, por certo formuladas pelo olhar de um arquiteto, preso a especulações operativas. Às vezes, entretanto, recorre a representações mapográficas que procuram reconstituir o espaço *in abstractu*, dificultando a comunicação do expositor.

A Serra de Baturité

O povoamento do território cearense só se deu efetivamente durante o século XVIII, tardio e depois de dizimação, fuga ou aculturação de tribos tapuias belicosas que se interpunham à conquista dos sertões. A pecuária extensiva, atividade caracterizada pela baixa densidade populacional e pela fraca rentabilidade econômica, pronto se desenvolveu ao longo das ribeiras do rio Jaguaribe e de seus afluentes, entremeadas de campos, bem como nas margens do rio Acaraú, a oeste, espalhando gado e fazendas pelos locais mais distantes.

A vasta planície em que se estende o território cearense é, todavia, entrecortada ora por serras isoladas, ora por serras dispostas em conjuntos. Muitas delas são secas e inóspitas, mas outras apresentam-se úmidas e atraentes. Estas últimas oferecem ambiente agradável e servem de zonas de produção de frutas e hortaliças. É o caso da serra de Baturité (significa "a verdadeira serra"), permanentemente verde, que figura como um dos conjuntos orográficos cearenses de maior importância, seja por suas dimensões, seja pelo clima ameno e por sua fertilidade. Os contrafortes setentrionais da serra afloram na zona metropolitana de Fortaleza, anunciando o volumoso e elevado maciço (1.150 metros no Pico Alto) que penetra no interior do Estado até cem quilômetros do mar.

Contudo, o desbravamento e o uso econômico do patamar superior da serra ocorreram apenas no início do século XIX, apoiados principalmente no plantio do



café. Mais tarde, o desenvolvimento urbano da Capital, ensejando o aumento de frutas e hortaliças, transformou a serra no “Celeiro do Ceará”.

A Vila Real de Monte-mor-o-Novo d'América

A cronologia da urbanização pode ser reconstituída pela criação de vilas. Inicia-se no litoral – Aquirás, 1713; Fortaleza, 1726 – e prossegue no vale do Jaguaribe – Icó, 1738; Aracati, 1748 –, rapidamente ocupado pelo gado. Várias “vilas de índios” foram implantadas em seguida, dando estatuto civil a missões jesuíticas, todas desaparecidas com a extinção da Companhia de Jesus e a conseqüente expulsão dos padres, em 1759 e 1760. Embora desligada desses acontecimentos, a formação da vila de Montemor-o-Novo constituiu, de certo modo, a continuação do processo, aliás precedido pela instalação da missão de Nossa Senhora da Palma pelo alvará de 8 de maio de 1758, logo transformada em freguesia, em 19 de abril de 1762, pouco antes de fundada a vila.

A *Villa Real de Monte-mór o novo da America* foi erigida em 14 de abril de 1764, consagrando toponímia que atendia às disposições da Carta Régia de 14 de setembro de 1758 [grafia constante do documento]¹. A instalação, presidida pelo ouvidor Vitorino Soares Barbosa, fez-se de conformidade com o rito habitual, atendendo à organização espacial determinada pelas cartas régias pertinentes, ou seja, “fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas” e “com a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior faça cada uma conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura [grifo do autor] nas vilas e nas ruas delas a mesma largura que se lhes assinar nas fundações”. Como não havia cinquenta casais na missão, foram trazidos índios de outras regiões a fim de atender ao número mínimo necessário à constituição de um diretório.

O Termo de Demarcação e Assignação do Terreno da vila

A área a ser urbanizada ficou definida, conforme assinala o *Termo de Demarcação e Assignação do Terreno*, pelo “engenheiro de profissão” Custódio Francisco de Azevedo (1700–1784), que fora para o Ceará em 1743 como minerador.

O plano da vila constava de uma grande praça com 80 braças de comprimento e 45 de largura (176 m x 99 m), em “figura de um parallelogrammo rectangulo”. Do eixo longitudinal da praça, saía “a rua principal da entrada da mesma praça de 85 palmos de largo” (18,10 m). Várias “ruas travessas”, perpendiculares à praça e à “rua

1. Carta Régia enviada ao governador de Pernambuco. Inserir-se no projeto de lusitanização do Brasil, impondo “nomes de lugares e villas d'estes reinos, que bem vos parecer, sem attenção aos nomes barbaros que tem actualmente”. Miguel Eddy Távora de Arruda [coord.], *Villa Real de Monte-Mor, o Novo d'America*, s/d, p. XVIII. Neste texto, usa-se a grafia Montemor-o-Novo, hoje corrente em Portugal.



principal”, estão devidamente indicadas no longo e minucioso *Termo de Demarcação*, assim como a locação dos lotes de morada, todos com “trinta palmos de frente e outros tantos de fundo”, e dos terrenos destinados à igreja, às casas de “Camara e mais officinas públicas”. O plano localizava a igreja no centro de um dos lados menores da praça (da outra face menor, oposta, saía a “rua principal”), enquanto a escola e as sedes dos serviços públicos ocupavam pontos centrais em cada uma das faces menores. A distribuição dos lotes permitiria a construção de 154 moradas de casas, à parte “tres que ficam fóra d’ella que já se acham feitas”. Atendia, portando, às determinações legais que exigiam projeto dimensionado para um mínimo de 150 moradas (para índios).

Os dados minuciosos fornecidos pelo *Termo de Demarcação* permitem reconstituir graficamente hoje a organização espacial da vila.

A engenharia militar portuguesa

Pode-se dizer que os traçados regulares sempre caracterizaram os assentamentos urbanos deliberadamente estabelecidos. No caso de Montemor, o traçado inicial da vila oferece indícios claros de influência dos tratados de fortificação, conforme nos dá a entender a leitura do *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares*, particularmente no capítulo XI², em que alinha meios de obter as “*melhores asserventias assim para o civil como para o militar & maior fermosura da povoação*” [grifo do autor]. Essa obra, talvez a primeira escrita em língua portuguesa com referências sobre desenho urbano³, é de autoria do engenheiro Luís Serrão Pimentel (1613–1678/9), cosmógrafo-mor do Reino e fundador da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa. Dela transcrevemos pequenos trechos para permitir melhor compreensão da matéria: *Primeiramente no centro da fortaleza, ou povoação se deve deixar hu terreiro, ou praça grande que deve ser a principal de armas* (p. 319); *os motivos para as quantidades se assinaõ; digo que de cada lado da Praça de armas principal se deixe até 120. até 200. Ou 250. Pès conforme a grandeza da fortaleza, & guarnição que nella pode haver* (p. 320); *Da Praça de armas principal deve sair huas ruas direitas para os Baluartes; outras para as Cortinas; aquellas de 30. a 35. Pès; estas de 25. até 30. de largo, por não serem necessarias tão largas q vão para as Cortinas como as q encaminhão para os Baluartes* (p. 320).

Quando se trata de fundações novas, assim opina: *Nas povoaçoes que de novo se fundarem terei por grande erro não serem com as ruas, & praças na correspondencia, que havemos ditto, ou outra semelhante* (p. 325).

2. O Capítulo XI trata “Das partes interiores da Fortaleza, Cidade ou Villa fortificada”. O exemplar do *Methodo lusitanico* foi consultado na biblioteca do Instituto do Ceará, Setor de Obras Raras, Coleção Eurico Facó.

3. A obra *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, de Francisco de Holanda, trata de fortificações, de organização e beleza urbanas. Entretanto, não teve influência germinativa pois, porquanto escrita em 1571, só foi impressa em 1879.



O plano regular da vila em sítio urbano de espaço restrito

Para os portugueses, a implantação urbana visava ao atendimento de necessidades imediatas. Como, na mesma época, parece que prevaleciam algumas normas aplicadas no planejamento das cidades fortificadas, as áreas urbanizadas eram reduzidas, à semelhança daquelas destinadas a funções militares. Por ambos os motivos, parece que não havia manifesta preocupação com o crescimento contínuo e ilimitado das formações urbanas, fato observável em tantos núcleos brasileiros, entre os quais a Montemor-o-Novo, caso típico. A vila foi implantada num espigão estreito, que constitui o divisor de águas dos rios que banham a cidade. A condição de pobreza e de abandono, por tratar-se de “vila de índios”, fez preservar seu traçado inicial por bastante tempo, até hoje mantido em suas linhas gerais. Porém, os imóveis da área primitiva foram gradativamente repassados a novos donos, que haviam sido atraídos pelas recentes condições de vida, fruto da introdução do café na serra de Baturité, no segundo quartel do século XIX. Transformada em centro de coleta de produção agrícola destinada ao abastecimento da capital provincial, a vila foi alçada à condição de Cidade de Baturité em meados dos oitocentos, pela Lei n. 844, de 09 de agosto de 1858.

Iluminismo pombalino e desenho urbano

A organização física de inúmeras fundações urbanas brasileiras do período decorre de determinações pombalinas⁴ que visavam, entre outros propósitos, à lusitanização da colônia. A valorização da ordem, como meio, e da disciplina formal, como modo de organização física, constituíam claro objetivo das proposições pombalinas. Assim, amparada por sistemas de raízes iluministas, a legislação posta em prática reproduzia ou adaptava espacialmente formas de desenho urbano procedentes da Renascença, divulgadas em Portugal nos tratados militares de defesa. No Brasil, dava forma física a modestos estabelecimentos urbanos civis, como é o caso de Montemor-o-Novo d'América, insignificante “vila de índios” implantada no interior do Ceará setecentista. Não causaria surpresa, pois, deparar com aqueles princípios de organização espacial transferidos para projetos de urbanização. Convém, aliás, não esquecer de que, na época, “a regularidade era um símbolo de beleza, sofisticação, civilidade e progresso”⁵.

4. Sebastião José de Carvalho e Melo (Lisboa, 1699 – Quinta de Pombal, 1782), o Marquês de Pombal é figura de excepcional expressão na história de Portugal e na história colonial brasileira. Seu projeto político-administrativo constitui matéria considerada com profundidade e argúcia por inúmeros especialistas, ora favorável, ora desfavoravelmente.

5. Roberta Max Delson, *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, Brasília, Alva-Ciord, 1997, p. 101.



Comentários conclusivos

Para melhor compreensão, tentaremos analisar a evolução da forma urbana bem como as conseqüentes mutações na paisagem da cidade de Baturité, incipiente “vila de índios”, nascida de longínquas decisões, impregnadas de um entendimento iluminista do problema de integração de silvícolas às aspirações reformuladoras de uma realidade da metrópole, que se queria renovada.

Primeira fase – O trecho urbano primitivo da vila, delineado por Custódio Francisco de Azevedo e programado para morada dos índios aldeados, conheceu relativa manutenção física de traçado. Desde fins do século XVIII, os índios começaram a abandoná-lo, ou porque não lhes agradavam os tipos de vida urbana, ou por terem sido gradativamente expulsos pelos primeiros moradores brancos e mestiços⁶. No trecho antigo, ainda hoje ocupado por edificações de grande significado local – a Igreja Matriz, a Prefeitura, a antiga Cadeia (atual Secretaria Municipal de Educação) –, persistem valores simbólicos que remontam à formação da vila primitiva. A área praticamente desconhece instalações comerciais, abrigo até hoje quase apenas residências e edificações públicas, conquanto estas não ocupem os espaços designados no plano original da vila, pois foram posteriormente implantadas no interior da grande praça, em vez de ficarem localizadas às suas margens, como fora previsto⁷.

A praça central, embora diminuída no seu comprimento em virtude de ocupações em seu recinto, ainda se afigura muito ampla⁸, particularmente porque emoldurada por edificações térreas.

Em termos de paisagem urbana oitocentista, Baturité, apesar de centro de coleta e de distribuição de produtos agrícolas, a rigor, não conheceu sobrados (à época, ergueram-se apenas dois), a velha tipologia arquitetônica de procedência colonial caracterizada por dupla função, pois conjugavam morada senhorial urbana e arma-

6. Os anos finais do século XVIII foram trágicos para o Ceará, açoitado pela grande seca ocorrida entre 1790 e 1794. O flagelo trouxe incalculáveis prejuízos à pecuária extensiva, ensejando o desenvolvimento da cultura do algodão. Os índios aldeados, à mercê das arbitrariedades dos dirigentes dos diretórios, fugiram para os sertões. Desamparados, colheu-os com alta mortandade a seca, chegando quase a dizimá-los.

7. A grande praça nascida com a vila, a Praça da Matriz, tem suas origens nas “praças grandes” das cidades fortificadas. Essas praças, na verdade, constituíam reminiscência de uma versão espacial civil muito antiga, remontando ao fórum romano, distante origem da *Plaza Mayor* espanhola ou da *Grand Place* franco-belga, por sua vez, ligadas aos conceitos de desenho urbano renascentista. Nesse particular, deve-se assinalar que muitas cidades cearenses, posteriores à vila de Montemor-o-Novo, incorporaram, como constante urbanística, a grande praça dos projetos setecentistas, popularmente conhecida como o “quadro da cidade”.

8. As dimensões da praça eram desproporcionais à área da vila, definidas por um espaço mais relacionado ao barroco do que ao renascentismo. As medidas originais da praça aproximavam-se da relação 8:5 – pouco diferente do número áureo – preconizada por Alberti e seus seguidores. Cf. Leonardo Benevolo, *Historia de la Arquitectura del Renacimiento*, vol. 1, Barcelona, Gili, 1981, pp. 141–81.



zém de produtos rurais em uma única edificação. Fato singular, consideradas a época e as atividades econômicas da cidade, Montemor-o-Novo preferiu separar moradas e comércio, obrigando a que funções de diferentes valores simbólicos ocupassem edificações distintas, em áreas separadas.

Segunda fase – Quando a cidade se desenvolveu como centro de coleta e distribuição, em meados do século XIX, houve um acréscimo urbano, de traça semelhante à da malha setecentista, semelhança por certo intencional, como se o trecho novo pretendesse compartilhar a extensão e o prestígio da parte antiga. Desde aquela época, verificaram-se poucas alterações no novo trecho, a julgar por uma análise comparativa feita no “Plano da cidade de Baturité”, desenhado em 16 de fevereiro de 1861, pelo botânico Francisco Freire Alemão (1797–1874), chefe da Imperial Comissão Científica de Exploração. Ao que parece, somente a pequena igreja do Rosário desapareceu, substituída por uma nova praça que articula a malha primitiva com a área de ampliação.

A zona comercial da cidade, dessa fase de expansão, caracteriza-se pelos marcos arquitetônicos pertinentes, embora seja entremeada por residências. Na verdade, esse segundo trecho acoplado à malha original encontrou seu espaço de agregação social numa nova praça, ampla, valorizada pela igreja de Santa Luzia, datada de 1879, cuja construção participou do plano de obras desenvolvido durante a grande seca de 1877–1879.

Terceira fase – Em fins dos oitocentos, a implantação da ferrovia gerou nova ampliação, reduzindo a malha a uma longa rua, destinada a ligar a cidade com a estação, localizada em ponto distante, além do rio Putiú⁹. Em data mais recente, nessa extensão urbana, instalou-se uma população pobre, ligada a serviços, à produção artesanal ou mesmo a atividades agrícolas de subsistência. No setor, há obras novas de arquitetura residencial sem destaque, todavia sublinhadas por volumosas construções que abrigam colégios religiosos. O relevo pitoresco do sítio e o conjunto de edificações maiores e de obras de arquitetura anônima valorizam a paisagem, totalmente diversa da parte antiga.

Após a estação ferroviária, ao longo da rodovia que liga Baturité a Fortaleza (e também em outras saídas), o governo estadual vem implantando, de modo inadvertido, equipamentos de serviços (repartições, escolas) que deverão alterar os atuais fluxos urbanos, polarizando atividades novas e esvaziando o centro tradicional da cidade.

Quarta fase – Nos arredores meio acidentados da cidade atual, espalham-se populações as mais das vezes recentemente urbanizadas, ainda sem peso no processo. Em muitos pontos, a malha, ainda pouco urbanizada, torna-se totalmente esgarçada, como é comum nos assentamentos mais pobres e nas favelas.

9. O Putiú (rio dos potis, isto é, dos camarões) é um pequeno rio cuja vertente em rio maior, o Aracoíaba, ocorre pouco depois da ponte. Por sua vez, o Aracoíaba é tributário do rio Choró, que deságua no Atlântico.

